



Aviso

Procedimento concursal para recrutamento de 1 (um) Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica de Farmácia, mediante contrato de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho

De acordo com os números 2 e 3 da cláusula 5.ª da Convenção Coletiva de Trabalho n.º 3/2019, de 11 de janeiro, faz-se público que o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R. pretende recrutar 1 (um) Técnico Superior das áreas de Diagnóstico e Terapêutica de Farmácia, para os Serviços Farmacêuticos, mediante contrato de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, autorizado por despacho de Sua Excelência, o Vice-Presidente do Governo Regional, de 4 de abril de 2019.

1 – Caracterização do posto de trabalho

Ao posto de trabalho a ocupar corresponde o conteúdo funcional previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto, complementado com a alínea f), do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro.

2 – Local de Trabalho

O local de trabalho é o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

3 – Horário de Trabalho

O período normal de trabalho é de 35 horas semanais.

4 – Remuneração

A remuneração é fixada nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto, da Cláusula 25.ª da Convenção Coletiva de Trabalho n.º 3/2019, de 11 de janeiro e do anexo I do Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do mesmo Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro e com o n.º 1 do artigo 44.º do Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

5 – Requisitos de admissão

Podem ser admitidos ao procedimento concursal os candidatos que reúnam, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Estar habilitado com licenciatura na área de farmácia;
- b) Possuir título profissional válido na área de farmácia.

6 – Prazo de apresentação de candidaturas

10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do presente aviso na BEP-Açores.



7 – Formalização da candidatura

7.1 – A candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido à Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Júri do procedimento concursal, podendo ser entregue diretamente no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, sito à Canada do Breado, Santa Luzia, 9700-049 Angra do Heroísmo, nos dias úteis entre as 8h30 e as 16h30, ou remetidas pelo correio, para a mesma morada, com aviso de receção.

7.2 – Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome, estado civil, naturalidade, número do bilhete de identidade/cartão de cidadão, morada, código postal, telefone e endereço de correio eletrónico);
- b) Identificação do procedimento, mediante referência ao número do aviso e data da publicação na BEP-Açores;

7.3 – A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias, com indicação da classificação final obtida;
- c) Fotocópia da cédula profissional;
- d) *Curriculum vitae*, com descrição das atividades desenvolvidas;
- e) Fotocópia dos documentos comprovativos das declarações prestadas no *curriculum vitae*.

7.4 – A não apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) determina a exclusão do procedimento concursal.

7.5 – A não apresentação dos documentos referidos na alínea e) determina a não valoração dos mesmos na avaliação curricular.

8 – Métodos de seleção

Os métodos de seleção são a avaliação curricular e a entrevista profissional de seleção, de acordo com a Portaria n.º 721/2000, de 5 de dezembro, que consistem no seguinte:

- a) A Avaliação Curricular (AC) visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respetivo currículo profissional; e
- b) A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais do candidato.

9 – Classificação final

Na obtenção da classificação final, resultante da aplicação dos métodos de seleção dos candidatos, será adotada a escala de 0 (zero) a 20 valores, com valorização até às centésimas, tendo-se por não aprovados

os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento, a classificação inferior a 9,5 valores.

Os candidatos serão ordenados tendo em consideração a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{3AC + E}{4}$$

Sendo:

CF = Classificação final;

AC = Avaliação curricular;

E = Entrevista profissional de seleção.

10 – Atas das reuniões do júri

As atas das reuniões do júri, incluindo a ata onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de classificação final, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas por escrito.

11 – Publicitação da lista de candidatos admitidos e da lista de classificação final

As listas de admitidos e de classificação final dos candidatos serão afixadas em local visível e público do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, e publicitadas na BEP-Açores.

12 – Legislação aplicável

O procedimento concursal rege-se pelo disposto na Convenção Coletiva de Trabalho n.º 3/2019, de 11 de janeiro, celebrada entre o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER, o Hospital da Horta, EPER, o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, o Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica e o Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses, aplicável aos trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, vinculados por contrato individual de trabalho a entidades prestadores de cuidados de saúde com natureza empresarial pública, integradas no serviço Regional de Saúde dos Açores, e pelo Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de dezembro e Portaria n.º 721/2000, de 5 de setembro, aplicáveis por força do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto, e no n.º 8 da Cláusula 5.ª da referida Convenção Coletiva de Trabalho.

13 – Composição do júri

13.1 – O júri do procedimento concursal tem a seguinte composição:

Presidente:

Fernanda Cristina Maurício Ortiz Rosa, Técnica de Farmácia Especialista de 1.ª Classe, do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

Vogais Efetivos:

1.º Vogal: Tânia Patrícia Silva Fagundes, Técnica de Farmácia de 2.ª Classe, do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

2.º Vogal: Rodrigo Enes Ferreira, Técnico de Farmácia de 2.ª Classe, do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

Suplentes:

1.º Suplente: Ana Santos Bettencourt, Técnica de Farmácia de 2.ª Classe, do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

2.º Suplente: Andreia Filipa Francisco Pombo Técnica de Farmácia de 2.ª Classe, do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

13.2 – Nas suas faltas e ausências, a presidente será substituída pela primeira vogal efetiva.

14 – Política de igualdade

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 – Tratamento de dados pessoais

Os dados pessoais enviados pelos candidatos no âmbito do presente procedimento concursal, serão tratados de forma lícita e limitada à finalidade para a qual foram recolhidos, nomeadamente a validação e avaliação dos candidatos. Os dados pessoais enviados serão conservados pelo tempo exclusivamente necessário à conclusão do procedimento concursal, sendo destruída a documentação apresentada pelos candidatos quando a sua restituição não seja solicitada no prazo máximo de um ano após a conclusão do procedimento concursal, exceto quando necessária para a prossecução de atributo legal.

Angra do Heroísmo, 17 de junho de 2019

A Presidente do Conselho de Administração



Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves